

RESPONSABILIDADE CIVIL

DANO MORAL EM CONDOMÍNIO

DECRETO-LEI 911/69 — LEI 4.728/65 - BUSCA E APREENSÃO - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - BEM MÓVEL - FINANCIAMENTO - VEÍCULO

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DAª VARA CÍVEL DA COMARCA DE, estabelecido na Av. nº, na Comarca de, inscrito no CGC/MF sob o nº, sucessor de, por sua procuradora, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, pelos fatos e fundamentos abaixo aduzidos e provados, propor com fundamento no Decreto-lei nº 911/69 e Lei nº 4.728/65, AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO de bem, sujeito à Alienação Fiduciária em oposição a: (qualificação), com endereço residencial na Rua nº, na Comarca de e endereço comercial na Rua nº, na Comarca de, ambos na cidade de As partes celebraram um contrato de financiamento diretamente ao consumidor final, para aquisição de bem móvel durável, a ser solvido a prazo, em parcelas, consistindo o seu cumprimento no pagamento das prestações na época, valor e lugar determinados no contrato. Ocorre que, desde/..../.... o(a) Requerido(a) deixou de efetuar os pagamentos devidos, estando com um saldo devedor que soma, no valor principal, a quantia de R\$ (....). Para garantia do fiel e cabal cumprimento das obrigações assumidas, o(a) Requerido(a) deu em garantia ao Requerente, mediante alienação fiduciária, o bem a seguir descrito: um automóvel, marca, tipo, ano, cor, placas, chassi Isto posto, requer se digne Vossa Excelência; a) conceder liminarmente a busca e apreensão do bem acima descrito, em poder de quem o detiver, bem como citar o(a) Requerido(a), para os fins previstos no § 1º, do artigo 3º, do D. L. nº 911/69; b) autorizar o benefício previsto no § 2º, artigo 172 do Código de Processo Civil; c) determinar que o bem apreendido seja entregue ao Requerente, por sua procuradora, na qualidade de depositário do mesmo, ou ao depositário pelo mesmo indicado; d) ao final reconhecer o pedido, julgando a presente ação Procedente, consolidando a propriedade e posse plena do bem em favor do Reque re nte, condenando o(a) Requerido(a) no pagamento das custas de protesto, honorários de advogado à razão de% de custas judiciais. e) Expedir carta precatória itinerante para a Comarca de Dá à causa o valor de R\$ (....). Nestes Termos, Pede Deferimento., de de Advogada